

# ***ESTATUTO EDUCACIONAL DE MULHERES EM MACAU\****

*Mariette Bolina* \* \*

## **1 — INTRODUÇÃO**

O espantoso desenvolvimento da sociedade de Macau e a complexidade de análise dos fenómenos inerentes a esse desenvolvimento são sobejamente reconhecidos por qualquer pessoa que estude este Território.

O presente momento de recta final do período de transição, tendo como pano de fundo um espaço curto e concentrado, onde se cruzam e/ou coexistem populações irregulares e flutuantes, com características étnicas, culturais e sociais tão diferentes como multifacetadas, algumas delas mergulhadas em interesses pouco explicitados e de contornos misteriosos, sendo um manancial de riquíssimo valor para investigadores, acentua a complexidade a que nos referimos. A informação objectiva e organizada não abunda e, por isso, muito do conhecimento que se produz e divulga sobre certos aspectos da vida do Território tem sido mais o fruto de opiniões pessoais e fragmentadas, muitas vezes pertinentes e relevantes, do que o resultado de estudos sistemáticos e fundamentados.

Perante este esboço de contexto, falar do estatuto educacional da mulher em Macau, como nos foi proposto é, como se depreende, uma tarefa aliciante, mas cheia de riscos e, por isso, requerendo um esforço de contenção e cautelas.

## **2 — ABORDAGEM AO TEMA**

Haveria múltiplas abordagens ao tema, todas elas úteis para a prossecução dos objectivos subjacentes à organização deste evento e,

---

\* Esta comunicação foi apresentada, na sua versão inglesa, na «Workshop on Strengthening Information Base on Women for Integration in Mação Socioeconomic Development», organizada pela RETIL, Regional Research and Training Initiative e realizada em Macau, a 7 e 8 de Outubro de 1993.

\*\* Licenciada em Filologia Germânica e Mestre em Ciências da Educação. Professora do Ensino Secundário em Macau e Assistente da Universidade de Macau no Instituto de Estudos Portugueses.

possivelmente bem mais interessantes do que a que tomámos. A ausência de um projecto de investigação nesta área temática, prévio ao convite para esta intervenção, levou-nos a socorrer-mo-nos de uma recolha de estatísticas públicas e/ou oficiais, que aqui ficam referenciadas. Queremos dizer com isto que o foco que privilegiámos na abordagem ao estatuto educacional da mulher, reflecte, particularmente, uma perspectiva sincrónica e que o seu conteúdo, se bem que dentro dos nossos interesses profissionais, é delimitado pelo campo de dados que conseguimos reunir no espaço de tempo de que dispúnhamos. Sem entrar pela discussão académica do interessante, mas difuso, conceito de estatuto educacional, considerá-lo-emos simplesmente neste trabalho, numa das suas acepções mais restritas, isto é, as realizações das mulheres dentro do sistema escolar regular.

Procurando evitar a quase inevitável tentação de pensar o tema à luz de teorias feministas sobre a opressão e exploração da mulher, mas evidenciando as tradicionais desigualdades sociais entre os sexos, desigualdades que, infelizmente, se integram em paradigmas de muitas sociedades actuais, procuraremos:

1.º) Apresentar um esboço global sobre a presença e o papel da mulher na actividade económica em Macau e o respectivo estatuto educacional do grupo predominante, a mulher chinesa;

2.º) Realçar a importância crescente do papel da mulher num dos sectores mais importantes da actividade de um país ou território, e que é o sector da educação em contexto escolar.

### **3 — A EMERGÊNCIA DO FEMININO EM MACAU?**

Moita Flores (1993), através de uma leitura diacrónica dos censos dos últimos vinte anos, conclui pela crescente influência feminina na vida activa do Território, já que a participação da mulher no mundo do trabalho quase duplicou, passando de 29,2 por cento do valor global para 44 por cento.

Concordamos com esta emergência do feminino e salientamos, dentro dela, a emergência da mulher imigrada, proveniente da República Popular da China (R. P. C.). Sem reservas, os Censos dos últimos dez anos mostram que Macau é uma cidade onde grupos de diferentes populações de mulheres predominam e que nesse grupo se destaca o grupo das mulheres da China. A hipótese principal das projecções efectuadas pela Direcção Serviços de Estatística e Censos (DSEC, 1993 a) para a próxima década, embora prevendo a diminuição do actual desequilíbrio existente entre os sexos no conjunto da população imigrante, aponta para a manutenção deste estado de coisas, isto é, da predominância do elemento feminino no Território.

Os Censos 91 (DSEC, 1993) mostram que, em 31 de Agosto de 1993, 51,5 por cento da população residente, correspondiam a pessoas do sexo feminino e que, dentro deste grupo, 77,9 por cento eram pessoas com mais de 15 anos. Cruzando as estatísticas, verifica-se que, nesta população, se inclui uma percentagem altíssima de mulheres oriundas da República

Popular da China, já que na população nascida em Macau a maior percentagem é de indivíduos do sexo masculino.

Esta predominância de indivíduos jovens do sexo feminino na população residente do Território e no interior das suas respectivas comunidades étnico-culturais deve-se a um fortíssimo fluxo imigratório de pessoas em idade activa, sobretudo, da R.P.C., Filipinas, Tailândia e de outros países não identificados, que procuram Macau. As razões e os objectivos que levam estas populações a entrarem Macau ainda estão mal identificados. Porém, eles presumem-se ser, na sua generalidade, razões do foro socio-económico e objectivos de procura pessoal de maiores escolhas e de melhor qualidade de vida, a curto ou a médio prazo, em função das diferentes perspectivas sociais e culturais de cada grupo e de cada indivíduo.

Os números apresentados pelos Censos 91 revelam, ainda, que esta numerosa e importante força interventiva na vida económica e social local se situa sobretudo ao nível dos estratos médios e baixos da população em termos profissionais e educacionais.<sup>1</sup> Verifica-se que as mulheres ocupam posições minoritárias nas profissões de topo da pirâmide laboral, passando depois a integrar, de modo muito concentrado, a grande maioria do grupo profissional «empregados de escritório, de outros serviços administrativos e de atendimento directo ao público» com 60,1 por cento do total da população na categoria. É curioso notar que é ainda, no interior dos dois grupos laborais, os «trabalhadores indiferenciados» e os «operários industriais — operadores de máquinas e condutores de veículos», os últimos da pirâmide, que as mulheres aparecem, em força, a «conquistar» áreas de trabalho tradicionalmente reservadas aos homens com posições de grande concentração e que são, respectivamente, de 48,7 e 65,8 por cento.

Os Censos não apresentam dados sobre a relação da população feminina dos 14 aos 49 anos, segundo a profissão e grau de escolaridade. A relação grau de escolaridade e sexo dentro desta grande faixa etária limita-se ao cruzamento com o número de filhos. O Inquérito ao Emprego (1990) dá-nos alguma dessa informação. Seria interessante, partindo dos cruzamentos profissão e cargos com grau de escolaridade e sexo, procurar descobrir se as mulheres que enchem as profissões e ocupam cargos considerados «menos nobres» ou «inferiores» o fazem por falta de habilitações ou se haverá outras razões que justifiquem essa «escolha». Moita Flores (1993), sem referir qualquer estratificação da população feminina, sugere a hipótese, se bem que com as necessárias reservas, que as mulheres em Macau poderão possuir melhores habilitações académicas do que as dos seus pares do sexo oposto e que, apesar disso, a sua efectiva participação na vida activa parece continuar «aquém das possibilidades que elas próprias geraram».

Parece-nos importante debater se a emergência do feminino em Macau para além dos seus aspectos quantitativos, tem, de facto, a sua contrapartida em aspectos qualitativos e, se for esse o caso, em que medida,

---

<sup>1</sup> D.S.E.C. (1993), página 103.

áreas ou grupos ela se manifesta. Esperamos que as conclusões desta «Workshop» façam luz sobre esta questão ou até contribuam para fornecer algumas das suas respostas.

#### **4 — NÍVEIS DE LITERACIA EM MACAU E LITERACIA DA MULHER CHINESA IMIGRADA**

De acordo com dados oficiais apresentados pela Direcção de Serviços de Educação e Juventude (DSEJ, 1993), Macau apresenta uma alta taxa de escolarização no ensino regular, para a qual muito contribuem as realizações do grupo feminino.<sup>2</sup> Conforme se verifica, esta modalidade de ensino não superior abrange os indivíduos dos 3 aos 17 anos e inclui os níveis do Pré-Escolar, Primário, Secundário-Geral e Secundário-Complementar. Cruzando informações fornecidas pelo último Inquérito ao Ensino (DSEC, 1992) é nos revelado que praticamente toda a população entre os 5 e os 14 anos frequenta a Escola. Só cerca de 0,3 por cento desta faixa etária da população (tanto rapazes como raparigas) não frequenta os estabelecimentos de ensino do Território. Se tomarmos em conta a faixa etária de 6 a 11 anos, verificaremos que a taxa de descolarização já sobe para 10 por cento para os indivíduos do sexo feminino e de 9 por cento para os do sexo masculino. Tomando, no entanto, a faixa etária seguinte, isto é, de 12 a 17 anos, verificamos que já são as raparigas que apresentam uma taxa de escolarização superior à do sexo oposto. Isto pode explicar-se pela alta taxa de abandonos, por inadaptação ao sistema escolar, por parte dos rapazes. Por outro lado, dados relativos ao ensino considerado pela informação estatística como ensino de adultos, o qual abrange programas que se situam para além dos limites do ensino, ao nível da educação de base, revelam que 53,1 por cento dos alunos inscritos são mulheres e que 73 por cento da totalidade deste grupo, concluíram o curso.

Estes dados, que parecem ir de encontro a uma das «verdades» tacitamente aceites de que o analfabetismo em Macau é praticamente inexistente, não respondem sobre a literacia da população adulta actual, sobretudo se considerarmos a enorme faixa de população imigrada. Verifica-se que não existe informação estatística sobre o analfabetismo em Macau. Os níveis de literacia ou de numeracia da população adulta em geral e das mulheres em particular, são ainda desconhecidos. Esta informação parece-nos importante para os objectivos desta «workshop», já que ela pretende contribuir para melhorar as políticas conducentes a uma maior e melhor integração da mulher no desenvolvimento de Macau. Tentaremos, por isso, uma aproximação ao problema procurando, através de algumas inferências, mostrar que, provavelmente, na população feminina adulta predominante, que, como já vimos, é chinesa, poderão existir manchas de iliteracia, mesmo que só tomando este conceito tão simplesmente, como a capacidade de ler,

---

<sup>2</sup> DSEJ, (1993)

escrever e contar em termos básicos e funcionais.<sup>3</sup>

Reforçando a nossa hipótese, verifica-se pela observação de dados de 1990 (DSEC, 1990) que na população empregada os níveis de escolaridade mais baixos correspondem ao grupo de mulheres. Julgamos que, pensar, em detalhe, sobre alguns dos aspectos da viragem educacional na China nas últimas décadas, nomeadamente sobre os avanços que têm sido feitos na educação básica formal e não formal e na luta contra o analfabetismo com vista ao desenvolvimento, nos forneceria informação preciosa sobre a educação do grupo maioritário das mulheres de Macau. No entanto, o âmbito desta comunicação só nos permite aflorar esta questão no que ela tem a ver com o assunto que aqui debatemos.

Nos inícios do século XIX, assiste-se na China a uma crescente consciencialização da necessidade de promover a educação das mulheres e de uma conseqüente rejeição das ideias dominantes confucianas de que «as mulheres, apesar de humanas, eram de um estatuto inferior ao do homem, que nunca poderiam conseguir uma igualdade plena com o homem e que o fim da educação das mulheres, portanto, devia ser a perfeita submissão e não o cultivo e o desenvolvimento do espírito» (Bashford, 1916, citando Confúcio, p. 128).

Importantes facções do poder começam então a relacionar educação com desenvolvimento e muito especialmente a educação da mulher com o desenvolvimento, principalmente através da influência ocidental que se expande e consolida com o estabelecimento das escolas das missões. Foram estas escolas que abriram de par em par as suas portas aos indivíduos do sexo feminino e que mais contribuíram para o movimento de emancipação intelectual das mulheres que se lhe seguiu na China.

Em 1914, o Ministro da Educação da nova República da China afirmava «devemos estudar como desenvolver o intelecto e as capacidades das nossas alunas, pois sem isso, será impossível à China pôr um pé no mundo da civilização» (Cleverley, 1991, p. 47).

Apesar da crescente revolução ideológica por parte do poder político na China, sobre a importância da educação das mulheres para o necessário desenvolvimento do país que se abria ao ocidente, «estima-se que em 1924 as mulheres representavam 6,34 e 3,14 por cento do total da população escolar nas escolas primárias e secundárias (middle schools) do Governo, enquanto que nas escolas das missões essa distribuição era, respectivamente, de 30 e 17 por cento» (Cleverley, 1991).

---

<sup>3</sup> Dados divulgados já posteriormente à elaboração desta comunicação (DSEC, 1993a), mostram o grau de escolaridade atingido pela população residente com 15 anos e mais. No entanto, não sendo a variável sexo isolada, não nos permite retirar conclusões sobre o grupo feminino. Na totalidade da população abrangida verifica-se que 4,9 por cento não sabe ler nem escrever e que 13,9 por cento possui o 1.º grau (ensino primário) incompleto. Isto parece vir a confirmar a existência de analfabetismo sugerida nesta comunicação.

Nos anos 50, as campanhas massivas para erradicar o analfabetismo da população rural na China tiveram por objectivo o ler e o escrever operacionalizado através do reconhecimento de, pelo menos, 450 caracteres, com o intuito de promover a consciencialização das realizações e desenvolvimento promovidas pelo poder político, mormente sobre a distribuição das terras e, ainda, melhorar os conhecimentos dos camponeses sobre as técnicas da agricultura (Ahmed, 1991).

Escolas Primárias a tempo parcial e a tempo inteiro floresceram por todo país e deram os seus frutos. Apesar da quebra desta euforia de «actividades literárias» com a Revolução Cultural que se seguiu aos anos 50, os cerca de 80 por cento dos analfabetos que se calculam para a China em 1949, reduzem-se a cerca de 22 por cento em 1990. (Ahmed, 1991).

Contudo e ainda de acordo com M. Ahmed (1991), continuam a existir na China cerca de 180 milhões de pessoas acima dos 15 anos sem saberem ler nem escrever. Dois terços deste grupo são constituídos por mulheres. Também ele, citando como fonte o 4.º Censo Nacional da República Popular da China, refere que são os indivíduos do sexo feminino que mais contribuem para os altos valores nas estatísticas de não frequência e de abandono no sistema escolar. Informações recentes revelam que, presentemente, o analfabetismo dos adultos em geral, na China, ainda, se situa em 15,9 por cento (South China Morning Post, 1993).

## **5 — AS MULHERES NO ENSINO EM MACAU**

Tanto nas sociedades ocidentais como orientais, o tomar conta das crianças sempre foi considerado trabalho de mulheres. Este velho pressuposto, ainda muito actual, implicou que durante muito tempo «a esfera pública do trabalho fosse a do homem e a esfera privada do trabalho na família fosse a da mulher» (Kenway, 1991), Segundo Amot, citada por Kenway (1991) «a congruência destas duas estruturas é construída socialmente, através de uma hegemonia burguesa consentida pelos homens e mulheres dentro de uma particular definição de feminilidade e masculinidade».

Julgamos que esta congruência encontra a sua síntese feliz na transferência, sem sobressaltos, da mulher da esfera do privado para a do público, quando ela invade o campo do ensino e o da educação escolar e quando, como acontece em Macau, estes se concentram nos níveis da educação infantil e ensino primário.

Seguindo os padrões mundiais, também Macau é marcado pela progressiva tendência mundial de democratização do ensino e da educação. Também aqui se assiste à crescente predominância e importância da mulher numa área que, na China, sempre tinha sido ocupada por uma população essencialmente masculina (Cleverley, 1991). O contexto educacional de Macau tem sido determinado pelas tradições culturais e educacionais da sociedade chinesa (Bolina, 1993) e (Bolina e Lo, 1992) e pela grande influência das Igrejas Católica e Reformista que se impõem nessa sociedade através da educação. Como já vimos, as Escolas das

Missões tiveram, historicamente, um papel decisivo na educação da mulher e ainda hoje, em Macau, elas representam mais de metade das ofertas educacionais do Território ao nível do ensino particular, com uma percentagem relativa de 62 por cento de docentes do sexo feminino (DSEJ, 1993).s

As estatísticas actuais dizem-nos (DSEC, 1993 e DSEJ, 1993) que 68 por cento da população docente são mulheres e que elas ocupam cargos de responsabilidade, chefia e direcção em parceria com os seus colegas do sexo oposto, visto que 51 por cento dos cargos de direcção da totalidade dos estabelecimentos de ensino locais estão entregues a pessoas do sexo feminino.

No entanto, não devemos deixar de notar que ainda a efectiva igualdade profissional é de certo modo aparente, pois são as mulheres que ainda ocupam em tremenda maioria, os níveis de ensino destinados às crianças, enquanto que são os homens que predominam nos níveis de ensino destinados às populações escolares de jovens, jovens adultos e adultos. Se observarmos os dados apresentados, verificamos que existe uma brusca inversão da percentagem dos efectivos femininos para os masculinos, à medida que se caminha para os níveis mais avançados, isto é, o nível secundário e superior. Se focarmos a nossa atenção na população docente nascida na China assistimos a uma redução da percentagem dos efectivos femininos, pois que na globalidade, as mulheres só ocupam 57 por cento da população docente.

Se analisarmos ainda a informação estatística sobre as habilitações para a docência, verificamos que são as mulheres que possuem a habilitação mais adequada, porque mais específica, para o exercício profissional nos Ensinos Pré-Primário, ao passo que nos Ensinos Secundário e Superior são os homens que detêm as habilitações mais adequadas. Esta situação parece reforçar a dicotomia da sociedade tradicional, mulher/ensino de crianças e homem/ensino de mais velhos.

## **6 — CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

Perante os dados que apresentámos, cremos que é lícito extrapolar e admitir que:

a) ainda existirão faixas de iliteracia funcional e até de analfabetismo literal nas mulheres em Macau, que é preciso eliminar;

b) que as mulheres, no desempenho da função docente, são um grupo de grande importância social, já que são elas que, na escola, veiculam os conhecimentos, as atitudes e os valores conducentes à personalização e socialização da população que irá viver os 50 anos de «um país, dois sistemas» na Região Administrativa Especial de Macau.

A este grupo profissional, o Governo tem dado progressiva atenção ao promover e apoiar financeiramente a sua formação através do crescente estabelecimento de protocolos, com o Colégio de S. José de Macau e ainda com as Universidades de Macau e de Van Nam, em Cantão. Será importante, cremos, promover acções com vista a esbater a separação entre os sexos

através dos diferentes níveis de ensino. Essas acções deverão ser orientadas para a consciencialização dos estereótipos sexuais e profissionais que a própria Escola promove e, fundamentalmente, para a melhoria do estatuto social dos professores para que a carreira possa atrair candidatos sem distinção de sexo.

Dada a ausência de informação sobre os níveis de literacia das mulheres e, ainda, da crença generalizada da não existência de analfabetismo, parece compreender-se a falta que detectámos de ofertas de educação, para este grupo populacional, sobretudo ao nível da educação e ensino básicos.

A Direcção dos Serviços de Educação e Juventude estuda, presentemente, a implementação de programas de educação de adultos numa perspectiva orientada pela Lei. A sociedade civil de uma impressionante vitalidade na busca de soluções para a educação dos jovens da comunidade chinesa, também não parece muito voltada para a educação básica da população feminina adulta. Uma das associações que, até aos finais do anos 70, se dedicava a promover cursos ao nível da educação básica para mulheres, revelou-nos não conhecer, presentemente, qualquer realização desse género no Território.

A Lei de Bases da Educação de Macau (Macau, 1991) prevê, no ponto 2 do seu artigo 1.º, para os residentes de Macau, o «direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade». O seu artigo 14.º contempla, especificamente, a educação de adultos, cujos objectivos são, para além da eliminação do analfabetismo literal e funcional, a promoção de oportunidades educativas no âmbito da educação cívica e sócio-cultural.

Somos de opinião de que a educação não se circunscreve à literacia e numeracia mesmo que funcional e que o desenvolvimento de um país não se restringe ao seu desenvolvimento económico e ao bem estar material das suas populações. As exigências educacionais evoluíram colocando ao poder político e civil novos e cada vez mais complicados desafios e dilemas. No conturbado mundo em que vivemos, a lacuna dos valores humanos e espirituais parece acentuar-se perante as ondas de uniformização e desenvolvimento económico e desenfreado consumismo. A necessidade de se equilibrar crescimento e abundância económica com desenvolvimento pessoal e social é muitas vezes confundida com tentativas de retrocesso. É preciso promover uma melhor consciência das necessidades das pessoas e das suas possibilidades de escolhas com vista à sua realização plena — afectiva, moral, social, cognitiva, material e física. Esse alargar de horizontes através de ofertas de aprendizagem permanente e continuada para toda a gente e, muito especialmente, para a população adulta e imigrada, parece estar, em Macau, ainda muito aquém do que consideramos de fundamental, face ao seu potencial desenvolvimento.

As mulheres, mais do que ninguém, terão que ser consciencializadas da importante lacuna que é preciso preencher. Só a Educação não sexista, com uma visão humanística e bem planeada, o poderá fazer.



Sabemos que as mulheres chinesas associam a felicidade à fartura no lar. Julgamos que é lícito perseguir a fartura que se deseja. Mas é preciso clarificar e alertar para os perigos de todas as farturas, clarificando-as na sua dimensão pessoal, cultural e social. Insistimos que só a educação pode fazê-lo. E nesse campo as mulheres têm poder. A curto, a médio e longo prazo. Muito poder. O explícito e institucional e o poder oculto. Que estes poderes sejam bem esclarecidos e consciencializados nos programas de educação de professores, sob a orientação dos grandes princípios educativos e organizativos da Lei do Sistema Educativo. Que as mulheres que ensinam nas escolas de Macau saibam reconhecer a sua crescente força e usá-la com a parcimónia, a paciência e a perseverança que são proverbiais virtudes do seu sexo em geral e que, na mulher chinesa, parecem encontrar o seu expoente máximo.

### Referências

BASHFORD, James W. (1916). *China-an Interpretation*. New York: The Abingdon Press.

CLEVERLEY, John (1991). *The Schooling of China*. (2nd Ed.). Sydney: Allen & Unwin.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE, Direcção dos Serviços (1993). *Educação em números*. Macau.

ESTATÍSTICA E CENSOS, Direcção dos Serviços (1990). *Inquérito ao Emprego*. Macau.

ESTATÍSTICA E CENSOS, Direcção dos Serviços (1993). *XIII Recenseamento da População. III Recenseamento da Habitação*. Macau.

ESTATÍSTICA E CENSOS, Direcção dos Serviços (1993a). *Características da População e da Habitação em Macau. XIII Recenseamento da Habitação*. Macau.

ESTATÍSTICA E CENSOS, Direcção dos Serviços (1993a). *Projeções da População Residente (1990-2025)*. Macau: Fevereiro.

GOVERNO DE MACAU (1991). *Lei n.º 11/91/M. Boletim Oficial de Macau, Suplemento ao n.º 34, de 29 de Agosto de 1991*.

KENWAY, Jane (1991). *Conspicuous Consumption: Class Gender and Private Schooling in Dawkins David (1991). Power and Politics in Education*, London: The Falmer Press.

MOITA FLORES, Francisco (1993). *Os Censos 91 e a Sociedade Macaense — Algumas reflexões e Hipóteses sobre a Vida, a Morte e a Mulher*. Trabalho preparatório do Seminário Internacional sobre a População em Macau e no Delta do Rio das Pérolas, Macau: Outubro, 1993.

